



GT 06 - Participação social, Autoritarismo e Disputas pelo Direito à Cidade
no contexto do neoliberalismo

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA COMO PRÁTICA COLETIVA TERRITORIALIZADA DE DIREITO URBANÍSTICO: EXPERIÊNCIAS DA TRAMA E DA COMUNIDADE PESQUEIRA DA GAMBOA DE BAIXO, SALVADOR/BA

Matheus Tanajura

1 INTRODUÇÃO

A cidade é um campo de disputas. Sua produção resulta de múltiplas forças econômicas, políticas, simbólicas e territoriais que se entrelaçam em práticas cotidianas (FERNANDES, 2015). Nos territórios populares, essas disputas se materializam nas formas desiguais de acesso a políticas públicas, decisões urbanas e direitos sociais.

A Gamboa de Baixo, comunidade negra e pesqueira no Centro Antigo de Salvador, exemplifica essa tensão. Apesar de seu valor cultural, ambiental e histórico, enfrenta ameaças constantes de remoção, especulação, gentrificação, violência policial e estigmatização midiática. O racismo estrutural, institucional e comunicacional contribui para a deslegitimação de seus modos de vida e para o apagamento de sua centralidade urbana.

Neste contexto, a comunicação comunitária emerge como prática política e ferramenta de resistência. Ao disputar narrativas, mobilizar coletivamente e fortalecer o pertencimento, ela atua como instrumento de justiça territorial, contribuindo para a ampliação da participação social e a denúncia de violações.

Este ensaio analisa experiências desenvolvidas em parceria entre a TRAMA e a Associação da Gamboa, discutindo como práticas comunicacionais territorializadas contribuem para reverter invisibilizações e fortalecer o direito à cidade. Aqui, o direito urbanístico é compreendido não apenas como norma técnica, mas como linguagem política e campo de disputa por permanências e futuros possíveis.

2 GAMBOA DE BAIXO, TERRITÓRIO DE LUTA: ENTRE A LETALIDADE POLICIAL E A ESTIGMATIZAÇÃO MIDIÁTICA

A Gamboa de Baixo é uma comunidade negra, pesqueira e tradicional, situada no Centro Antigo de Salvador, com cerca de 400 famílias que vivem da pesca artesanal, da culinária e do turismo comunitário. Cercada por empreendimentos de luxo e alvo da omissão



do poder público, o território enfrenta violações múltiplas — como a precariedade de serviços urbanos, a violência policial e a especulação imobiliária — que evidenciam um processo sistemático de gentrificação e racismo ambiental.

A relação histórica com o mar, enquanto fonte de sustento e ancestralidade, é constantemente ameaçada por impactos ambientais e urbanísticos que desconsideram o modo de vida da comunidade. Mesmo reconhecida como ZEIS pesqueira no Plano Diretor de Salvador, a Gamboa segue sem regulamentação efetiva, o que reforça mecanismos institucionais de expulsão e invisibilização. Nesse cenário, a resistência se dá por meio da organização comunitária, especialmente da Associação de Moradores e do Grupo de Mulheres da Gamboa, que articulam estratégias locais e em rede com movimentos e instituições parceiras.

A repressão estatal, por sua vez, se intensifica na forma de incursões violentas da Polícia Militar sob o discurso da “guerra às drogas”. A letalidade policial, marcada por execuções e violações, atinge especialmente a juventude negra local, como no caso emblemático da Chacina da Gamboa (2022), quando três jovens foram executados por agentes da Rondesp. Tais práticas revelam uma política de controle territorial operada pelo Estado, onde o policiamento atua como instrumento de necropolítica.

A grande mídia, nesse contexto, atua como coautora do processo de desumanização. Veículos jornalísticos reforçam estigmas raciais ao nomearem moradores como “criminosos” ou “traficantes”, ao passo que jovens brancos, mesmo em situações semelhantes, são retratados como “estudantes” ou “empresários”. Como aponta Carla Akotirene, esse tipo de cobertura sensacionalista viola a presunção de inocência e contribui para a deslegitimação de territórios negros. É o que ocorreu recentemente quando o programa “Alô Juca”, sem qualquer evidência, associou um homicídio ocorrido fora da Gamboa à comunidade, incitando repressão policial.

A comunicação convencional, portanto, opera como braço simbólico de um projeto urbano excludente, articulando o racismo midiático ao urbanístico e institucional. A linguagem, que nomeia, enquadra e legitima, torna-se um dispositivo central de controle e exclusão. Nesse cenário, reconhecer e tensionar essas construções discursivas é parte fundamental da luta pelo direito à cidade.

3 A CIDADE TAMBÉM É FEITA DO MOVIMENTO DAS NARRATIVAS

Diante das violências que operam sobre os territórios populares, torna-se fundamental compreender a comunicação como campo de disputa urbana. Reverter estigmas, denunciar violações e narrar a cidade a partir das experiências locais são práticas que tensionam o



apagamento simbólico e político promovido por discursos hegemônicos. Nesse sentido, a comunicação comunitária se afirma como prática de reexistência e ferramenta do direito urbanístico.

Essa prática não é nova. Desde as experiências griots e das revoltas negras dos séculos XVIII e XIX, passando pela imprensa abolicionista e pelas formas orais de transmissão de saberes, a comunicação sempre foi motor de mobilização nos territórios negros. Mesmo hoje, nas trocas cotidianas, boca a boca, porta em porta, olho no olho, persiste uma comunicação viva, afetiva e insurgente, que conecta pessoas e articula ações coletivas.

Na parceria entre a Gamboa de Baixo e a TRAMA, esse fazer comunicacional é colocado em prática por meio de campanhas, audiovisuais, oficinas, formações e intervenções urbanas cocriadas com a comunidade. São ações que partem da escuta e do cotidiano, valorizam os saberes locais e fortalecem o protagonismo das moradoras e moradores.

Nessa perspectiva, a comunicação amplia a esfera pública e se torna uma forma de participação social ativa. Ela não apenas informa, mas mobiliza, articula e transforma. É, por isso, um direito urbano em si: o direito de expressar, representar e disputar os sentidos da cidade. Narrar o próprio território é também reivindicar o direito de permanecer e imaginar futuros coletivos possíveis.

4 PESCADORAS EM REDE: NARRAR O TERRITÓRIO DE PERTO E DE DENTRO

O curta documental *Pescadoras em Rede: As mulheres da Gamboa de Baixo* é mais que um registro audiovisual, é uma estratégia de comunicação política e afirmativa. Protagonizado por mulheres negras da comunidade, o filme evidencia os saberes ancestrais e os modos de vida ligados à pesca artesanal, reafirmando o papel central das pescadoras na reprodução da vida e na permanência territorial.

Ao tensionar os estigmas que reduzem a Gamboa à violência e à marginalidade, o documentário reposiciona o território como espaço de trabalho, cultura, ancestralidade e protagonismo feminino. A escolha pela escuta, pela coautoria e pela estética do cotidiano desafia o imaginário urbano hegemônico, propondo outra forma de ver, sentir e comunicar o território.

A ampla circulação do filme, em festivais, universidades, plataformas digitais e, sobretudo, no próprio território, amplia o alcance das vozes locais e fortalece redes de resistência e reconhecimento. A comunicação, nesse caso, atua como linguagem de justiça



socioterritorial: contribui para o pertencimento, rompe silêncios e reconfigura o lugar da comunidade nos debates sobre a cidade.

5 DO MAR À MESA: comunicação como ciclo formativo e de afirmação cultural

O projeto Do Mar à Mesa integrou formação profissional, cultura alimentar e comunicação comunitária para fortalecer a economia e a identidade pesqueira da Gamboa de Baixo. A iniciativa articulou pescadoras/es, cozinheiras, empreendedores locais e juventude do transporte náutico em um ciclo de oficinas, encontros intergeracionais e estratégias de mobilização no território.

Contemplado pelo Prêmio Periferia Viva (Ministério das Cidades), o projeto promoveu a valorização de saberes tradicionais ligados à pesca, à culinária e ao turismo de base comunitária. Mais do que capacitações técnicas, o ciclo formativo foi um processo de fortalecimento do pertencimento, da organização coletiva e da afirmação de uma identidade territorial vinculada ao mar.

A comunicação, nesse contexto, foi eixo estruturante. Cartilhas, vídeos, lambe-lambes, exposições urbanas e publicações digitais foram produzidos de forma colaborativa, mobilizando moradores e ativando redes sociais. A exposição O Mar nos Une, instalada nas fachadas da comunidade, transformou o território em espaço expositivo e pedagógico, ancorando a memória como estratégia de visibilidade e resistência.

Ao tratar a comunicação como direito urbanístico, Do Mar à Mesa reforça que o direito à cidade inclui o direito de expressar modos de vida, de projetar alternativas e de construir coletivamente caminhos de permanência. Como afirmou Ana Caminha, liderança comunitária e coordenadora do projeto, “o Do Mar à Mesa resgatou o orgulho de ser Gamboa e reacendeu uma chama mobilizadora que estava apagada”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Gamboa de Baixo mostra que, diante do autoritarismo, financeirização urbana e enfraquecimento da participação popular, a comunicação comunitária é essencial para defender direitos urbanos. Ela não só informa, mas mobiliza, fortalece vínculos e cria contra-narrativas contra o racismo institucional que criminaliza territórios populares.

Ao destacar a identidade pesqueira da comunidade, que é cultural, territorial e histórica, a comunicação ajuda a reconhecer a Gamboa como sujeito coletivo de direitos,



sendo a pesca artesanal fundamental para sua permanência. Sob essa perspectiva, comunicar os modos de vida da Gamboa é também disputar o planejamento urbano, especialmente em áreas ZEIS pesqueira, onde a regularização fundiária deve garantir o uso coletivo do território e a relação com o mar.

Nesse sentido, a comunicação se apresenta como parte indissociável do direito urbanístico. É o direito de contar a história desde dentro e de decidir o futuro. A aposta em práticas comunicacionais territorializadas é, portanto, uma estratégia de resistência frente à lógica neoliberal e higienista que tenta apagar comunidades face aos avanços do capital imobiliário e do turismo exploratório.

Por isso, comunicar é permanecer. É costurar redes, contribuir com a manutenção da memória viva, contribuir com o fortalecimento do pertencimento e reivindicar o direito de existir com dignidade.

REFERÊNCIAS

CANAL FUTURA. **Audiovisual Pescadoras em rede**: As mulheres de Baixo. 2022. Acesso em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cC6Ez12wL9Y>>

FERNANDES, Ana. Projetos construtivos para a cidade formal: multiplicidade, concentração e excesso. In: FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos. Produção imobiliária da cidade de Salvador: entre o público e o privado. Salvador: EDUFBA, 2015.

GAMBOA DE BAIXO; IDEAS. **Carta aberta contra a criminalização da Gamboa pelo programa “Alô Juca”**. Instagram página do @sougamboadebaixo, 2025. Acesso em: <https://www.instagram.com/p/DK4o0jYOJBp/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==>>

NOELLE, Midiã. **Comunicação antirracista**: Um guia para se comunicar com todas as pessoas, em todos os lugares. São Paulo: Planeta Brasil, 2025.

TRAMA. **Pescadoras em rede**: As mulheres de Baixo. 2024. Acesso em: <www.trama.org.br/pescadorasemrede>

TRAMA. **Do Mar à Mesa**: Ciclo profissionalizante na comunidade pesqueira da Gamboa de Baixo. 2025. Acesso em: <www.trama.org.br/domaramesa>